

Título do capítulo	CAPÍTULO 9 AGROINDÚSTRIAS RURAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM PERFIL DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA COM BASE NOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017
Autor(es)	Marcio Gazolla Milena Demetrio Leidiane Maria Fantin Ivanderson Borelli
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350394cap9

Título do livro	Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil
Organizadores(as)	Gesmar Rosa dos Santos Rodrigo Peixoto da Silva
Volume	1
Série	Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2022
Edição	1a
ISBN	9786556350394
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350394

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

AGROINDÚSTRIAS RURAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM PERFIL DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA COM BASE NOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017¹

Marcio Gazolla²
Milena Demetrio³
Leidiane Maria Fantin⁴
Ivanderson Borelli⁵

1 INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura foi o paradigma que orientou a oferta agrícola desde os anos 1970. Baseou-se na tecnologia para aumentar a produtividade das áreas e culturas; contudo, gerou graves problemas sociais (por exemplo, migração rural-urbano) e degradação ambiental com a forma como foi implantada no campo. Já do lado do consumo e da distribuição dos alimentos, tem-se um sistema alimentar concentrado em torno de grandes corporações agroindustriais, com cadeias longas de distribuição que ofertam produtos (ultra)processados que têm gerado várias doenças alimentares não transmissíveis (Dants) entre os consumidores e que não se preocupam com a sustentabilidade ambiental de suas práticas, como auxiliar a cumprir os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) (Ploeg, 2008; Santos, 2008; Siliprandi, 2015).

Diante desse quadro, questionável por vários ângulos, surgem alternativas de produção-distribuição-consumo que se mostram mais sustentáveis frente aos

1. Este capítulo é parte dos resultados de atividades de pesquisas previstas no projeto Mercados Alimentares Digitais no Brasil: Inovações, Dinâmicas e Limites das Experiências de Comercialização Online de Alimentos da Agricultura Familiar no Contexto da Pandemia da Covid-19 financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da Chamada nº 04/2021 (Processo nº 303942/2021-5).

2. Doutor em desenvolvimento rural; professor titular na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR)/UTFPR; líder do grupo de estudos e pesquisas em desenvolvimento, alimentação, mercados e políticas públicas (GePPADeM); e membro do grupo de estudos e pesquisas em agricultura, alimentação e desenvolvimento (Gepad) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail*: <marciogazolla@utfpr.edu.br>.

3. Bacharela em ciências econômicas; e mestranda em desenvolvimento regional na UTFPR. *E-mail*: <mi.fdemetrio@gmail.com>.

4. Graduada em agronomia na UTFPR. *E-mail*: <leidiane_fantin@hotmail.com>.

5. Engenheiro ambiental extensionista especializado no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR). *E-mail*: <ivanderson@idr.pr.gov.br>.

novos desafios em torno da construção da alimentação e de dietas saudáveis no século XXI. Um exemplo são as agroindústrias nos espaços rurais, entendidas como uma estratégia de reprodução social dos agricultores, especialmente os familiares, que são predominantes nas experiências. As agroindústrias também espelham a diversidade existente na agricultura e nos processos de desenvolvimento rural e regional brasileiros, dada a gama de receitas, alimentos fabricados, processos de elaboração, modos de fazer artesanais, conhecimentos mobilizados, alimentos regionais comercializados, entre outros aspectos específicos que são marcantes (Schneider, 2009; Perondi, Dengo e Gazolla, 2019).

As agroindústrias rurais são iniciativas dos agricultores que produzem alimentos artesanais, elaborados com ingredientes frescos, baseados na culinária local e regional das populações e que, em algumas iniciativas, possuem formatos ecológicos. Esses alimentos são comercializados por cadeias curtas⁶ e mercados regionais, que diminuem o número de agentes envolvidos na distribuição, reduzindo as distâncias percorridas pelos alimentos e aumentando os ganhos dos agricultores. Além disso, essas agroindústrias geram emprego, ocupações e renda em regiões e espaços rurais, pois o valor que a elaboração agrega aos alimentos possibilita maiores ganhos econômicos para os agricultores (Gazolla, Niederle e Waquil, 2012; Bastian *et al.*, 2014).

São por esses papéis que as agroindústrias rurais cumprem para o desenvolvimento regional que as experiências de elaboração de alimentos deveriam ser mais valorizadas pelo Estado. O que se observa nos últimos anos, no entanto, é a depreciação e até extinção de várias políticas públicas que apoiavam as agroindústrias. Exemplos disso são o Programa de Agroindustrialização, do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e os programas estaduais, como os antes existentes nos três estados da região Sul. O que ainda resta são os baixos acessos ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em suas modalidades de agroindústria; a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), mas com baixa cobertura entre os agricultores; e, em alguns locais, iniciativas de municípios que valorizam a elaboração e venda de alimentos agroindustrializados, mantendo programas de apoio às experiências (Gazolla e Schneider, 2014; Wesz Junior, 2017).

6. As cadeias curtas de abastecimento são canais de comercialização alternativos ao sistema agroalimentar hegemônico que aproximam agricultores dos consumidores de alimentos a partir de princípios como valores sociais compartilhados (confiança, conhecimentos etc.) e proximidade territorial das transações e da distribuição dos produtos. Já as cadeias longas operam em escala global e necessitam de muitos agentes intermediários entre produtores e consumidores para funcionar. Nesse tipo de mercado, a relação entre quem produz e quem consome é quebrada e substituída por indústrias, supermercados, atacadistas etc., causando a perda de identidade e da procedência dos alimentos, que são transformados em produtos de mercados globais (Gazolla e Schneider, 2017). A hegemonia desses mercados agroalimentares forma "impérios alimentares", uma superestrutura de mercados globalizados que reorganiza progressivamente a sociedade e a natureza, visando à maximização do valor agregado com as vendas de seus produtos (Ploeg, 2008).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as agroindústrias rurais são formadas por atividades de processamento de alimentos com matérias-primas próprias ou de terceiros, com mão de obra familiar ou contratada e com a destinação do produto final feita pelo agricultor (IBGE, 2019, p. 35). Waquil *et al.* (2014) destacam que um dos objetivos das agroindústrias é a obtenção de maior valor de troca pelos produtos, a fim de aumentar o nível de renda das unidades de produção. Para Gazolla e Schneider (2017), a agroindústria familiar é uma alternativa para que essas unidades possam se inserir nos mercados consumidores com produtos de boa qualidade que asseguram não só o aumento de renda dos agricultores mas também a segurança alimentar e nutricional das comunidades locais e regionais.

O objetivo deste capítulo é analisar os dados da agroindústria rural (AGR) do censo agropecuário de 2017, de forma a construir um perfil das experiências no Brasil, comparando os resultados nas cinco macrorregiões e nos dois tipos de agriculturas: agricultura familiar (AF) e agricultura não familiar (ANF). Em menor medida, também se problematiza a falta de políticas públicas, o que fragiliza as agroindústrias e destaca-se sua importância para os processos de desenvolvimento regional nos locais em que as agroindústrias operam. Os dados usados são quantitativos e provêm do censo agropecuário de 2017 do IBGE. Os diversos indicadores sobre as AGRs foram retirados do banco de dados *online* denominado Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra).

Este capítulo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, revisa-se brevemente a literatura sobre os temas de agroindústria, desenvolvimento regional endógeno e políticas públicas. A segunda apresenta a metodologia da investigação; na terceira, são descritos e analisados os resultados das AGRs, em uma abordagem que privilegia o escrutínio dos dados macrorregionais das cinco regiões do Brasil, pelos dois tipos de agriculturas (AF e ANF).

2 AGROINDÚSTRIA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO E POLÍTICAS PÚBLICAS

As AGRs são unidades de processamento de alimentos que utilizam matérias-primas próprias ou de terceiros, podendo ter mão de obra familiar ou contratada, e que em geral destinam a produção aos mercados de forma autônoma. As agroindústrias com mão de obra contratada têm maior escala de produção devido à disponibilidade de terras e recursos como máquinas e equipamentos. A definição do IBGE sugere que a AGR pode estar presente tanto em unidades de produção familiares quanto em unidades com lógica de gestão e trabalho não familiares.

Em muitos casos, as agroindústrias iniciam-se nas cozinhas das agricultoras, que elaboram os alimentos para o consumo da família. Só depois de algum tempo, aumentam a escala e passam a construir mercados para fora das fronteiras das unidades de produção, ganhando os gostos dos consumidores, assumindo os pressupostos da legislação alimentar (prédio próprio, instalações, embalagens) e tornando-se empreendimentos sociais e econômicos para muitos agricultores e regiões (Mior, 2005).

Para Gazolla e Schneider (2017), a agroindústria familiar é uma alternativa para que a agricultura familiar possa se inserir nos mercados consumidores com alimentos de boa qualidade que asseguram não só o aumento da renda dos agricultores como proporcionam dietas saudáveis aos consumidores. As agroindústrias da agricultura familiar têm o objetivo de obter maior valor de troca pelos produtos nos mercados, assim como satisfazer as necessidades de consumo da família. Além disso, se a venda desses alimentos ocorrer diretamente aos consumidores, os rendimentos dos agricultores em circuitos curtos tendem a ser mais elevados, pois nas cadeias longas elevam-se os custos de distribuição, intermediações e com terceiros (Waquil *et al.*, 2013).

Para os consumidores, a experiência de adquirir alimentos diretamente das famílias agricultoras é importante para a construção de dietas saudáveis. As tendências de consumo do século XXI demonstram que as pessoas têm se preocupado cada vez mais com a garantia da entrega de um alimento de boa qualidade, rico em nutrientes e que não agrida o meio ambiente. Essa nova geração de consumidores reflexivos e politizados se preocupa com a escolha de alimentos que compartilhem os valores sociais da região, com a preservação do meio ambiente e produção de acordo com os preceitos de dignidade dos trabalhadores. Além disso, o conhecimento social e regional enraizado da procedência dos alimentos assegura ao consumidor a inexistência de elementos químicos nocivos a sua saúde (Gazolla e Schneider, 2017; Sonnino, 2019).

O consumo de alimentos locais ou regionais comercializados por meio de cadeias curtas é a resposta de uma parcela da população que não está satisfeita com a proposta do sistema alimentar hegemônico, além de uma oportunidade para promover o desenvolvimento endógeno de uma região ou território. A aglomeração de organizações com interesses e mercados comuns pode gerar um ambiente de cooperação que amplia a produção e o consumo regional. A retenção do excedente econômico gerado pela economia local leva a um aumento de emprego, ocupações, produção e renda local e regional, possibilitando o desenvolvimento endógeno (Amaral Filho, 2001; Garcia, 2006).

Dentro da noção de desenvolvimento regional endógeno, as agroindústrias desempenham diversos papéis, como fomentar conhecimentos, habilidades,

serviços, reduzir custos de diversas atividades e aumentar a capacidade de produção e comercialização de alimentos pelas cadeias curtas e os mercados locais. As agroindústrias geram movimentação econômica local, emprego, ocupações, renda e abastecem com alimentos de boa qualidade a população consumidora urbana. Assim, as agroindústrias fortalecem as atividades econômicas, sociais e ambientais, gerando processos de desenvolvimento regional endógeno nos locais em que elas estão imersas. Em muitos locais e regiões, tamanha é a quantidade de agroindústrias operando que alguns autores têm falado em *cluster* agroindustrial desses empreendimentos ou mesmo na existência de arranjos produtivos locais (APLs), como ocorre, por exemplo, na região do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul⁷ (Maluf, 2004).

Em função do papel das AGRs para os processos de desenvolvimento regional, especialmente nas duas últimas décadas, várias políticas públicas foram implementadas pelo Estado, nos diferentes níveis territoriais, de forma a fortalecer os empreendimentos. Podemos citar, como exemplos emblemáticos, o Programa de Agroindustrialização, do extinto MDA; o Pronaf Agroindústria e Alimentos; a política de Ater; e as iniciativas estaduais no sul do país, como os programas Fábrica do Agricultor, no Paraná, Desenvolver, em Santa Catarina, e o Programa de Agroindústria Familiar (PAF), no Rio Grande do Sul (Wesz Junior, 2017).

Essas políticas públicas receberam várias críticas, por serem voltadas as AGRs já sedimentadas e maiores, não criando novas, nem apoiando as mais fragilizadas; por destinar os recursos, no caso do Pronaf Agroindústria, a médias e grandes cooperativas, mas também para organizações empresariais; por fomentar a inserção das AGRs nos mercados consumidores formais, de forma que as mesmas internalizassem processos de padronização de alimentos, aumento desproporcionais de escala, em relação ao tamanho do agregado familiar e às matérias-primas produzidas; e endividamento de vários empreendimentos por falta de capacidade de pagamento de empréstimos contraídos (Guimarães e Silveira, 2010; Gazolla e Schneider, 2014).

Contudo, mesmo com esses limites, as ações públicas implementadas foram importantes para muitas agroindústrias conseguirem viabilizar as estruturas de fabricação dos alimentos, como construção do prédio e aquisição de máquinas e equipamentos. Houve apoio de equipes técnicas também para formalização dos empreendimentos; compra de embalagens; reformulação de algumas legislações alimentares que antes eram restritivas, como o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Susaf) em alguns estados; o Selo Arte; e a construção de rótulos, selos e marcas locais/regionais, como o selo Sabor Gaúcho, no Rio Grande do Sul. Numa terceira frente de atuação, essas políticas conseguiram realizar a abertura

7. Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (Admau). Disponível em: <<https://admau.org.br/>>.

de novos mercados e canais de comercialização para as agroindústrias, como feiras da AF e/ou das agroindústrias, a Feira Nacional da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária (Fenafra) e a formação de consórcios intermunicipais para apoio às agroindústrias em várias frentes (Raupp, 2009).

Esses resultados das políticas públicas que ocorreram em algumas regiões evidenciam a importância do Estado em apoiar processos de agroindustrialização dos agricultores, especialmente os familiares – por existir um maior número de iniciativas de agregação de valor nesse tipo de agricultura como os dados dos censos agropecuários evidenciam, tanto no de 2006 como no de 2017, e por serem experiências mais fragilizadas socioeconomicamente. Além de o fortalecimento das iniciativas ser fundamental para os agricultores familiares, também o é para os processos de desenvolvimento regional, como discutido anteriormente, e para os consumidores, que, a partir das cadeias curtas e dos mercados locais, podem ter acesso a alimentos saudáveis para suas dietas.

É uma grande perda de dinamismo e oportunidades que, no atual momento, não existam políticas nacionais para as AGRs, com exceção do baixo número de contratos do Pronaf Agroindústria, e que nem mesmo as iniciativas estaduais citadas estejam ativas. O que se tem é o apoio de alguns municípios que ainda valorizam a agroindustrialização como estratégia de desenvolvimento local – por exemplo, as políticas implementadas em Criciúma, no Rio Grande do Sul, Francisco Beltrão, no Paraná, e na região de Chapecó, em Santa Catarina. Nesta última, as ações ocorrem especialmente via Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), que criou uma central de cooperativas específica para apoiar os agricultores nessa estratégia de desenvolvimento agroindustrial regional, a União Central das Cooperativas das Agroindústrias Familiares (Ucaf),⁸ exemplo de organização coletiva e público-privada de fortalecimento das agroindústrias em várias frentes.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O censo agropecuário denomina AGR os estabelecimentos agrícolas em que há transformação de matérias-primas, próprias ou adquiridas, em instalações próprias e cujo produto final é destinado (comercializado) pelo agricultor. Para o censo de 2017, a AGR pode estar tanto na AF como na ANF.

O Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, embasa os conceitos usados no censo (Brasil, 2017) segundo o qual a AF é a que utiliza força de trabalho familiar ou conta com poucos ajudantes contratados; tem área total menor do que quatro módulos fiscais; sua renda familiar é majoritariamente originada das atividades

8. Disponível em: <<http://www.apaco.org.br/>>.

agrícolas realizadas no estabelecimento; e cuja gestão é feita pela própria família. Por sua vez, a ANF conta com mão de obra contratada e processos decisórios coordenados pelo empresário agrícola ou por gestores profissionais também contratados (agrônomos, veterinários, administradores). Também utiliza em maior grau máquinas, equipamentos e outras tecnologias, além de possuir maiores áreas de terras e escalas de produção.

Compreender as diferenças entre as AGRs nos dois tipos de agriculturas brasileiras é importante, e a análise empreendida neste capítulo tem como um dos focos essa comparação. Além disso, o delineamento metodológico e analítico deste estudo também procura verificar as diferenças dos dados das AGRs entre as cinco macrorregiões brasileiras (Norte, Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Sul).

Os dados desta pesquisa foram obtidos a partir do Sidra/IBGE,⁹ cujo texto explora indicadores da AGR. O quadro 1 apresenta a relação das variáveis escolhidas que foram selecionadas no censo agropecuário de 2017 devido a sua relevância para a análise do perfil das AGRs no Brasil, nas macrorregiões e nos dois tipos de agriculturas. Nos dados obtidos, organizados por meio do *software* Microsoft Office Excel, foram aplicadas técnicas de análise baseadas na estatística descritiva e a partir daí construídas as tabelas usadas no texto.

QUADRO 1

Brasil: indicadores selecionados da AGR no censo agropecuário de 2017

6960 – número de estabelecimentos total
6960 – valor da produção da AGR
6960 – valor da venda dos produtos da AGR
6960 – número de estabelecimentos da AGR familiar e não familiar
6960 – valor da produção da AGR familiar e não familiar
6960 – valor da venda dos produtos da AGR familiar e não familiar
6960 – condição do produtor em relação às terras
6960 – grupos de atividade econômica
6906 – grupos de área total
6961 – tipos de unidades de beneficiamento
6961 – origem da orientação técnica recebida

Fonte: Sidra/IBGE.
Elaboração dos autores.

9. Dados disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.

Portanto, a metodologia é baseada na exploração de dados do total de produtos considerados pelo IBGE como provenientes da AGR, que são 32: aguardente de cana; algodão em pluma; caroço de algodão; arroz; café torrado em grão; café torrado moído; cajuína; creme de leite; doces e geleias; farinha de mandioca; fubá de milho; fumo; legumes e verduras processados; licores; manteiga; óleos vegetais; panificados; polpa de frutas; queijo e requeijão; rapadura; suco de frutas; vinho de uva; carne de bovinos; carne de suínos; carne de outros animais; carne de sol; embutidos; couros e peles; carvão vegetal; produtos de madeira; outros produtos; goma ou tapioca.

4 AGRs: UMA ANÁLISE DO SEU PERFIL MACRORREGIONAL E PELOS DOIS TIPOS DE AGRICULTURAS

Nesta seção, apresentam-se em três subseções a descrição e a análise de dados sobre a AGR. Na primeira se desenvolve a análise das AGRs nas cinco regiões; na segunda, entre os dois tipos de agricultura, a AF e a ANF; e na terceira são discutidos os indicadores das AGRs em torno dos grupos de atividades econômicas em que as agroindústrias estão presentes, os tipos de instalações, a área de terras e a Ater recebida.

4.1 As AGRs nas cinco macrorregiões brasileiras

Na tabela 1 se tem o número de estabelecimentos agropecuários com AGRs nas cinco macrorregiões. O censo de 2017 identificou a presença de 852.639 estabelecimentos que trabalham com elaboração de alimentos, que representam 16,8% dos estabelecimentos do país. A região Nordeste tem destaque com o maior número de unidades de produção, representando 37,3% dos estabelecimentos do Brasil. As regiões Sul e Norte representam, respectivamente, 23,8% e 22,2%, ficando em segundo posto e formando, se somadas, quase 50% das agroindústrias brasileiras. Enquanto isso, a região Centro-Oeste tem o menor número de estabelecimentos com agroindústrias, apenas 3,7% do total.

TABELA 1
Brasil e regiões: número de estabelecimentos agropecuários com AGR

	Número de estabelecimentos	%
Brasil	852.639	100,00
Nordeste	318.402	37,34
Sul	203.560	23,87
Norte	189.677	22,25
Sudeste	109.442	12,84
Centro-Oeste	31.558	3,70

Fonte: Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.

Essa distribuição espacial das AGRs concentradas nas regiões Nordeste e Sul segue a distribuição macrorregional da AF no território nacional. Segundo dados do censo agropecuário de 2017, os 3.897.408 estabelecimentos totais da AF (76,83% do total de estabelecimentos em nível nacional) estão distribuídos predominantemente na região Nordeste (47,18%), seguida pelas regiões Sudeste (17,6%) e Sul (17,08), com valores muito próximos. O Centro-Oeste tem maior concentração de médios e grandes estabelecimentos agropecuários, fator que pode explicar a menor incidência de agroindústrias na região. Esses valores ficam muito próximos aos evidenciados por Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2014) em análise dos dados do censo agropecuário de 2006.

Os valores da produção das agroindústrias do Brasil e regiões são apresentados na tabela 2. Os dados demonstram que, apesar de a maior concentração de estabelecimentos com agroindústrias estar no Nordeste, a região fica em segundo lugar quando se trata do valor da produção. Em primeiro lugar está a região Sudeste, que detém 32% do valor total da produção do país, seguida pelo Nordeste, com 21,2%, Centro-Oeste, com 18,8%, Sul, com 15,6%, e Norte, com 12,2%.

TABELA 2
Brasil e regiões: valor da produção da AGR

	Valor da produção (R\$)	%
Brasil	14.826.754,00	100,00
Sudeste	4.749.278,00	32,03
Nordeste	3.154.384,00	21,27
Centro-Oeste	2.797.878,00	18,87
Sul	2.314.663,00	15,61
Norte	1.810.552,00	12,21

Fonte: Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.

A escala produtiva média das AGRs brasileiras é de R\$ 17,38 mil/estabelecimento. Ela, contudo, apresenta-se muito randômica entre as regiões. Por exemplo, as AGRs do Nordeste são maiores em números, mas menores em escala produtiva dentro dos estabelecimentos de AFs (R\$ 9,90 mil/estabelecimento), além de muitas possivelmente terem papel tipicamente de segurança alimentar dos agricultores, via produção de autoconsumo, sendo pequena a venda de excedentes. A região Sudeste tem menos AGRs em números, mas a escala produtiva é maior (R\$ 88,65 mil/estabelecimento), podendo estar mais presente dentro de estabelecimentos de ANFs que trabalham com mais área, capital, tecnologias e recursos, confirmando o que Gazolla, Niederle e Waquil (2012) e Bastian *et al.* (2014) já haviam exposto.

A tabela 3 apresenta os dados dos valores de produção que foram vendidos pelas AGRs, estando descontados o chamado autoconsumo nos estabelecimentos, se comparado com os dados presentes na tabela 2. Em nível nacional, tem-se que 73,05% da produção das AGRs vão para a venda nos mercados, enquanto algo em torno de um quarto fica nos estabelecimentos para ser autoconsumido pelas famílias (26,95%). Esses dados evidenciam que as AGRs se comportam como um novo empreendimento, à parte da produção agropecuária primária, gerando reflexos sociais e econômicos, voltando a maior parte da produção dos seus alimentos para os mercados locais a fim de melhorar as condições de renda e de vida dos agricultores nas regiões em que estão presentes, fortalecendo, assim, o desenvolvimento regional endógeno, conforme já formulado por Amaral Filho (2001) e Mior (2005).

TABELA 3
Brasil e regiões: valor de venda de produtos da AGR

	Valor de venda (R\$)	%
Brasil	10.830.769,00	100,00
Sudeste	3.602.882,00	33,27
Nordeste	2.552.332,00	23,57
Centro-Oeste	2.348.797,00	21,69
Norte	1.228.858,00	11,35
Sul	1.097.900,00	10,14

Fonte: Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.

Todas as regiões se aproximam desse percentual nacional de produtos que são alocados ao abastecimento dos mercados alimentares, à exceção da região Sul, onde esse percentual de vendas é bem menor (47,44%) e as estratégias de autoprovionamento das famílias são mais efetivas para alimentar o grupo doméstico (52,56% da produção é autoconsumida). Pouco mais da metade da produção da região Sul fica interna aos estabelecimentos, servindo para garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias, bem como cumprindo outros papéis sociais, simbólicos, de trocas e reciprocidades entre agricultores, como Grisa e Schneider (2008) e Gazolla e Schneider (2017) têm ressaltado.

4.2 As AGRs na AF e na ANF

Até este ponto foram analisadas variáveis de estabelecimentos e valores da produção das AGRs entre as regiões. Daqui em diante, além da análise dessas variáveis regionalmente, acrescenta-se a diferenciação pelos dois tipos de agricultura (AF e ANF). A tabela 4 expressa o número de estabelecimentos que possuem AGRs, por regiões e tipos de agricultura. Um primeiro dado que chama atenção é que

a maioria das agroindústrias está em estabelecimentos da AF (84,52%) e apenas 15,48% estão na ANF. Isso evidencia a proeminência das formas familiares de produção e trabalho nos espaços rurais na constituição de agroindústrias como atividade de produção e consumo de alimentos artesanais e saudáveis.

TABELA 4

Brasil e regiões: número de estabelecimentos agropecuários com AGR por tipologia de agricultura (ANF e AF)

	Tipologia					
	AF e ANF (total)		ANF		AF	
	Número de estabelecimentos	%	Número de estabelecimentos	%	Número de estabelecimentos	%
Brasil	852.639	100	131.995	15,48	720.644	84,52
Nordeste	318.402	37,34	48.990	15,39	269.412	84,61
Sul	203.560	23,87	29.236	14,36	174.324	85,64
Norte	189.677	22,25	20.022	10,56	169.655	89,44
Sudeste	109.442	12,84	25.401	23,21	84.041	76,79
Centro-Oeste	31.558	3,70	8.346	26,45	23.212	73,55

Fonte: Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.

Regionalmente, os dados são muito parecidos com os nacionais; nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, os números de AGRs são um pouco menores na AF (76,79% e 73,55%, respectivamente) e maiores nos estabelecimentos da ANF (23,21% e 26,45%, respectivamente). Esses dados referendam o que estudos anteriores sobre o tema, inclusive os baseados nas informações do censo agropecuário de 2006, já haviam verificado: que a maior parte das experiências de AGRs estava na AF. Isso indica que são os principais atores sociais ativos nos processos de agregação de valor e transformação de alimentos, a partir da constituição de agroindústrias (Waquil *et al.*, 2014; Bastian *et al.*, 2014).

Na tabela 5 estão os dados dos valores totais da produção das AGRs, nas regiões e pelos dois tipos de agriculturas. Os valores de produção das AGRs da ANF, em nível nacional, representam 57,1% do total, enquanto os valores de produção da AF são 42,8% da produção total, demonstrando que as agroindústrias da ANF conseguem maiores valores de produção ao colocar seus produtos e alimentos nos mercados. Em termos regionais, na ANF, os maiores percentuais de produção estão nas regiões Centro-Oeste (87,38%) e Sudeste (65,72%). Na AF, os maiores percentuais de valores de produção são encontrados nas regiões Norte (76,69%) e Sul (68,39%). O Nordeste é uma região em equilíbrio de valores de produção em torno das duas agriculturas, sendo a ANF um pouco mais predominante, com 55,65% dos valores de produção, com 44,35% na AF.

TABELA 5
Brasil e regiões: valor de produção da AGR por tipologia de agricultura (ANF e AF)

	Tipologia					
	AF e ANF (total)		ANF		AF	
	Valor de produção	%	Valor de produção	%	Valor de produção	%
Brasil	14.826.755,00	100,0	8.475.259,00	57,16	6.351.496,00	42,84
Sudeste	4.749.278,00	32,03	3.121.089,00	65,72	1.628.189,00	34,28
Centro-Oeste	2.797.877,00	18,87	2.444.882,00	87,38	352.995,00	12,62
Nordeste	3.154.385,00	21,27	1.755.538,00	55,65	1.398.847,00	44,35
Sul	2.314.663,00	15,61	731.743,00	31,61	1.582.920,00	68,39
Norte	1.810.552,00	12,21	422.007,00	23,31	1.388.545,00	76,69

Fonte: Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.

Novamente, em relação aos dados contidos na tabela 5, a explicação passa pelas diferentes escalas das AGRs. Por exemplo, em nível de país, as AGRs da ANF possuem escala produtiva de R\$ 64,20 mil/estabelecimento, enquanto nas AGRs da AF a escala é de apenas R\$ 8,81 mil/estabelecimento, mais de sete vezes a diferença entre as duas agriculturas (7,28 mil/estabelecimento). Exemplos desse processo social seriam as agroindústrias canavieiras existentes dentro das unidades de produção de São Paulo e cidades do entorno (Santos e Santana, 2021). De qualquer forma, esse achado coincide com outros estudos sobre as escalas das AGRs realizados a partir dos dados do censo agropecuário de 2006, em que as conclusões foram em torno da menor capacidade produtiva das AGRs familiares em relação às não familiares (Gazolla, Niederle e Waquil, 2012; Bastian *et al.*, 2014).

A tabela 6 apresenta os valores de produção que foram comercializados pelas AGRs nos dois tipos de agriculturas. Assim como no valor de produção, no valor de venda as AGRs não familiares têm maior participação, sendo 62,35% do valor de venda nacional. As AGRs familiares, por sua vez, representam 37,65% do valor de venda total. Percebe-se que, na maioria das grandes regiões, a ANF tem maiores valores de venda, com exceção das regiões Norte (81%) e Sul (55,57%), em que predominam os estabelecimentos familiares. Sudeste (66,19%), Nordeste (62,41%) e Centro-Oeste (87,46%) são as regiões com maiores valores de venda dos produtos da AGR, sendo a participação da ANF mais representativa. Isso ocorre por causa da maior regularidade da oferta dos produtos durante o ano e ao acesso a mercados locais e regionais, principalmente construindo canais de comercialização por cadeias curtas para escoar os seus alimentos para consumidores e centros urbanos.

Segundo Waquil *et al.* (2014), tanto as AGRs familiares quanto as não familiares vendem para intermediários e direto para o consumidor. A diferença é que

a não familiar vende em maior quantidade para intermediários e a familiar vende em maior quantidade diretamente para os consumidores.

TABELA 6

Brasil e regiões: valor da venda dos produtos da AGR por tipologia de agricultura (ANF e AF) e respectivas parcelas

	Tipologia					
	AF e ANF (total)		ANF		AF	
	Valor de venda	%	Valor de venda	%	Valor de venda	%
Brasil	10.830.769,00	100,0	6.753.233,00	62,35	4.077.536,00	37,65
Sudeste	3.602.881,00	33,27	2.384.831,00	66,19	1.218.050,00	33,81
Nordeste	2.552.332,00	23,57	1.592.808,00	62,41	959.524,00	37,59
Centro-Oeste	2.348.797,00	21,69	2.054.344,00	87,46	294.453,00	12,54
Sul	1.097.900,00	10,14	487.759,00	44,43	610.141,00	55,57
Norte	1.228.858,00	11,35	233.490,00	19,00	995.368,00	81,00

Fonte: Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.

Pelos dados contidos nas tabelas 5 e 6 é possível calcular os valores de produção autoconsumidos nos estabelecimentos pelo valor total de produção (tabela 5), diminuindo os valores de produção vendidos (tabela 6) nos dois tipos de agriculturas. Os dados censitários evidenciam que, em nível de país, as AGRs da ANF vendem para os mercados 79,68% da sua produção e autoconsomem em seus estabelecimentos 20,32%. As AGRs da AF comercializam 64,20% dos valores da produção e autoconsomem 35,80% dos valores de produção.

O que os dados do censo mostram é que as agroindústrias da ANF possuem como estratégia principal a colocação da sua produção nos mercados, enquanto as agroindústrias da AF necessitam de uma maior parcela dessa produção para suprir suas necessidades alimentares e alocam menos excedentes para os mercados. Por possuir famílias com maior número de membros, a AF se utiliza desses alimentos como estratégicos no provimento da segurança alimentar e nutricional dos seus grupos domésticos, que são mais numerosos se comparados aos da ANF, como as investigações têm evidenciado (Grisa e Schneider, 2008; Dorigon *et al.*, 2020).

Regionalmente, as agroindústrias da ANF que mais se utilizam da estratégia de autoconsumo estão na região Norte, que possui os menores percentuais de venda da produção (55,32%) e as maiores parcelas da produção que fica como provimento das famílias nos estabelecimentos (44,68%). Essa região é seguida pelo Sudeste, onde 76,41% da produção são vendidas e 23,59% autoconsumidas. Entre as agroindústrias da AF, a região Sul se destaca em relação ao autoaprovisionamento, com apenas 38,54% da produção sendo vendida e 61,46%

ficando dentro dos estabelecimentos para consumo. O Sul é seguido pelo Nordeste, onde 68,59% da produção são comercializadas e 31,41% autoconsumidas.

4.3 Atividades econômicas, tipo de instalações e Ater recebida pelas AGRs

Nesta última subseção dos resultados apresentam-se e discutem-se os indicadores das AGRs em torno dos grupos de atividades econômicas em que as agroindústrias estão mais presentes, os tipos de instalações em que ocorre o beneficiamento dos alimentos, a área de terras e a Ater recebida.

A tabela 7 apresenta os grupos de atividades econômicas em que as AGRs são mais atuantes, para o Brasil e as cinco regiões. As AGRs estão presentes em várias atividades econômicas rurais. Entretanto, segundo a metodologia do censo agropecuário de 2017, são classificadas em apenas nove atividades. No Brasil, as lavouras temporárias (50,2%) e a pecuária (36,7%) são as atividades em que as AGRs estão mais presentes; quando somados, esses dois grupos perfazem quase 90% da presença das AGRs (86,9%). Outras atividades com maior participação são as lavouras permanentes (5,8%), a produção florestal de árvores nativas (4,4%) e a horticultura (1,1%). Entre as atividades com menor presença das AGRs estão a produção de sementes e mudas certificadas (0,05%), a produção florestal com árvores plantadas (0,82%), a pesca (0,34%) e a aquicultura (0,34%).

As regiões Norte e Nordeste têm suas AGRs baseadas em lavouras temporárias, com 68,3% e 52,4%, respectivamente. As regiões Centro-Oeste (81,3%), Sudeste (61,1%) e Sul (42,0%) são as que mais concentram AGRs ligadas à pecuária e criação de animais. As regiões Sudeste e Sul são também as que mais possuem atividades de horticultura, com 1,51% e 1,26%, respectivamente. Além disso, proporcionalmente, a região Sudeste é a que mais desenvolve atividades ligadas às lavouras permanentes, à fruticultura e a outras plantações perenes (9,9%), produção de sementes e mudas (0,07%) e produção florestal de árvores plantadas (2,78%).

Os dados variam entre regiões, mas o perfil das AGRs está assentado nas atividades de lavouras temporárias e pecuária e criação de animais. Esses dois tipos de atividades econômicas são vocações históricas do desenvolvimento da agricultura brasileira, responsáveis pelo fornecimento das matérias-primas para os processos de elaboração dos alimentos nas AGRs. Esses dois conjuntos de atividades econômicas, desde censos agropecuários anteriores, já demonstravam ser lócus do desenvolvimento rural e agropecuário brasileiro (Schneider, Ferreira e Alves, 2014).

TABELA 7
Brasil e regiões: grupos de atividade econômica em que a AGR está presente, por estabelecimentos

	Brasil e Grandes Regiões											
	Brasil		Nordeste		Sul		Norte		Sudeste		Centro-Oeste	
	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%
Total	852.639	100	318.402	37,3	203.560	23,8	189.677	22,2	109.442	12,8	31.558	3,7
Lavouras temporárias	428.800	50,2	166.952	52,4	103.035	50,6	129.722	68,3	24.481	22,3	4.610	14,6
Horticultura e floricultura	9.538	1,1	3.303	1,0	2.560	1,2	1.617	0,8	1.651	1,5	407	1,2
Lavouras permanentes	50.249	5,8	17.392	5,4	7.619	3,7	13.870	7,3	10.935	9,9	433	1,3
Sementes e mudas	394	0,0	156	0,0	101	0,0	39	0,0	76	0,0	22	0,0
Pecuária/criação de animais	313.285	36,7	106.067	33,3	85.584	42,0	29.005	15,2	66.970	61,1	25.659	81,3
Produção florestal (planteda)	6.989	0,8	512	0,1	3.094	1,5	253	0,1	3.041	2,7	89	0,2
Produção florestal (nativa)	37.628	4,4	21.970	6,9	773	0,3	12.631	6,6	2.069	1,8	185	0,5
Pesca	2.861	0,3	677	0,2	73	0,0	2.064	1,0	39	0,0	8	0,0
Aquicultura	2.895	0,3	1.373	0,4	721	0,3	476	0,2	180	0,1	145	0,4

Fonte: Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.

A tabela 8 traz os tipos de instalações em que é realizado o beneficiamento dos produtos e alimentos pelas AGRs. Regionalmente, o Nordeste apresenta 37,35% das instalações para beneficiamento dos produtos. Depois, em segundo posto e com percentuais muito próximos, aparecem as regiões Sul (23,87%) e Norte (22,25%). Com menores percentuais em instalações para beneficiar a produção estão a região Sudeste (12,83%) e a Centro-Oeste (3,70%). Nota-se que esses dados da localização geográfica das instalações coincidem com a regionalização do número de estabelecimentos dedicados à agroindustrialização, demonstrando que a elaboração dos alimentos ocorre dentro das próprias regiões. Isso corrobora as ideias em torno do desenvolvimento endógeno proporcionado pelas agroindústrias, conforme enfatizado na revisão da literatura.

TABELA 8
Brasil e regiões: tipo de instalações de beneficiamento da AGR (estabelecimentos)

	Total	%	Instalação do próprio estabelecimento agropecuário		Instalação de beneficiamento comunitária pública		Instalação de beneficiamento comunitária privada		Instalação de beneficiamento de terceiros	
			Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Brasil	852.639	100,0	682.075	80,0	36.821	4,32	8.902	1,04	124.841	14,64
Nordeste	318.402	37,35	193.020	60,62	25.935	8,15	7.102	2,23	92.345	29,0
Sul	203.560	23,87	201.694	99,08	171	0,08	210	0,10	1.485	0,73
Norte	189.677	22,25	161.850	85,33	8.984	4,74	602	0,32	18.241	9,62
Sudeste	109.442	12,83	95.225	87,01	1.309	1,20	793	0,72	12.115	11,07
Centro-Oeste	31.558	3,70	30.286	95,97	422	1,34	195	0,62	655	2,08

Fonte: Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.

Os dados do censo classificam as instalações de beneficiamento das AGRs em quatro tipos: próprias, comunitárias públicas, comunitárias privadas e de terceiros. Em nível nacional, observa-se que 80,0% das instalações de beneficiamento são próprias, 14,6% de terceiros, 4,3% comunitárias públicas e 1% comunitárias privadas. A região com maior quantidade de instalações próprias é a Sul, com 99%, seguida por Centro-Oeste, com 95,9%, Sudeste, com 87%, Norte, com 85,3%, e Nordeste, com 60,6%. Os dados reforçam a ideia antes exposta de que o beneficiamento da produção é realizado dentro dos estabelecimentos dos agricultores, o que é importante para lhes garantir autonomia nos processos de gestão dos empreendimentos (Ploeg, 2008).

A região Nordeste possui maior uso de instalações de terceiros (29%), comunitárias públicas (8%) e comunitárias privadas (2,23%). As regiões Norte e Sudeste têm, respectivamente, 9,6% e 11% de uso de instalação de terceiros.

As instalações comunitárias privadas são as menos utilizadas em todas as regiões. O que os dados evidenciam é que a grande maioria dos agricultores das cinco regiões possui instalações no seu estabelecimento para agroindustrializar os produtos e os alimentos. Em alguns casos, há um espaço ou até um prédio voltado para a agroindústria que segue os preceitos da legislação alimentar, construído com recursos próprios ou com empréstimo, por exemplo, do Pronaf Agroindústria ou do Pronaf Mais Alimentos, constituindo o que Mior (2005) chamou de um novo empreendimento social e econômico, pois segue os pressupostos da legislação alimentar e há acesso formalizado aos mercados.

Na maioria dos casos, no entanto, é uma parte da casa dos agricultores, por exemplo, a cozinha ou o porão da residência, que é utilizada como instalação própria da agroindústria. Segundo Guimarães e Silveira (2010), pode-se denominar esse tipo de agroindústria como caseira, por possuir funções de autoconsumo e pequena venda de excedentes para os mercados, reproduzindo-se de maneira informal ante as regras da legislação alimentar. Esse seria, por exemplo, o caso das chamadas “carnes verdes”: quando, durante o processo de criação, cumprem-se as medidas sustentáveis necessárias para garantir a preservação do meio ambiente e o bem-estar dos animais, os quais são abatidos nas próprias unidades de produção, visando ao autoconsumo pela família e a pequenas trocas e doações com vizinhos, parentes ou mesmo com a comunidade rural.

As duas próximas informações constantes nas tabelas 9 e 10 versam, respectivamente, sobre a condição dos proprietários em relação às terras e os estratos de área usados nos estabelecimentos agropecuários que possuem AGRs. Sobre a questão da posse, observa-se que a maioria dos agricultores é proprietária das terras. Em nível nacional, os dados evidenciam que 78,58% dos agricultores são os donos da área em que desenvolvem suas atividades, incluindo a AGR. Em segundo posto, aparece a situação de concessionário (6,98%) e a de mandatário (4,70%). As demais situações em relação à posse das terras (arrendatário, parceiro, ocupante e sem área) possuem percentuais menores.

TABELA 9
Brasil e regiões: condição do produtor da AGR em relação às terras

Condição do produtor em relação às terras	Brasil e Grandes Regiões											
	Brasil		Nordeste		Sul		Norte		Sudeste		Centro-Oeste	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	852.639	100	318.402	37,34	203.560	23,87	189.677	22,25	109.442	12,84	31.558	3,70
Proprietário	670.046	78,58	224.128	70,39	182.616	89,71	144.988	76,44	93.714	85,63	24.600	77,95
Concessionário	59.545	6,98	26.066	8,19	5.399	2,65	19.802	10,44	3.554	3,25	4.724	14,97
Arrendatário	19.426	2,28	9.947	3,12	4.920	2,42	763	0,40	2.967	2,71	829	2,63
Parceiro	16.912	1,98	8.668	2,72	2.842	1,40	3.473	1,83	1.614	1,47	315	1,00
Comodatário	40.105	4,70	21.276	6,68	6.024	2,96	5.925	3,12	6.248	5,71	632	2,00
Ocupante	29.944	3,51	16.256	5,11	1.615	0,79	10.666	5,62	1.005	0,92	402	1,27
Sem área	16.661	1,95	144	0,05	144	0,07	4.060	2,14	340	0,31	56	0,18

Fonte: Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.

Regionalmente, os dados que apontam que a maioria dos agricultores é proprietária da terra se repetem, com destaque para as regiões Sul e Sudeste, com percentuais que superam os valores nacionais, 89,71% e 85,63%, respectivamente. Esses números elevados de agricultores proprietários são explicados pelas políticas de imigração implementadas no Brasil após a abolição da escravidão, tornando proprietários trabalhadores assalariados nas lavouras de café no Sudeste e a fim de aumentar a produção de alimentos do país e ocupar o território em disputa com os espanhóis, no caso da região Sul. Essas políticas facilitavam o acesso à terra para os imigrantes e outras categorias sociais (colonos, caboclos, negros libertos, posseiros), permitindo maiores percentuais de posse própria das áreas nessas duas regiões (Rauter, 2018).

Na tabela 10, com os dados dos grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários que possuem AGRs, é possível verificar, por exemplo, se estão em estabelecimentos de menor porte, médios ou em grandes unidades de produção. Os dados mostram que, em nível de país, metade das AGRs está alocada em estabelecimentos de 0 ha a 10 ha (50,1%). Somando a esse percentual os estabelecimentos com grupos de áreas de 10 ha a 20 ha (15,6%) e de 20 ha a 50 ha (18,0%), tem-se que mais de 80% (83,7%) dos processos de agroindustrialização de produtos e alimentos no Brasil são desenvolvidos em unidades menores que 50 ha de área total.

TABELA 10
Brasil e regiões: grupos de área total dos estabelecimentos que possuem AGR por unidade

Grupos de área total (ha)	Brasil e Grandes Regiões											
	Brasil		Nordeste		Sul		Norte		Sudeste		Centro-Oeste	
	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%
Total	852.639	100	318.402	37,3	203.560	23,8	189.677	22,2	109.442	12,8	31.558	3,7
0 a 10	427.551	50,1	209.229	65,7	77.623	38,1	91.336	48,1	41.926	38,3	7.437	23,5
10 a 20	133.200	15,6	30.870	9,7	57.260	28,1	19.206	10,1	20.653	18,8	5.211	16,5
20 a 50	153.967	18,0	36.914	11,5	47.529	23,3	35.641	18,7	24.913	22,7	8.970	28,4
50 a 100	65.086	7,6	15.939	5	12.387	6	21.345	11,2	11.339	10,3	4.076	12,9
100 a 500	47.594	5,5	11.673	3,6	7.060	3,4	15.783	8,3	8.978	8,2	4.100	12,9
500 a 1.000	7.473	0,8	1.532	0,4	1.451	0,7	2.032	1	1.145	1	1.313	4,1
> 1.000	1.107	0,1	184	0,0	106	-	274	0,1	148	0,1	395	1,2
Sem área	16.661	1,9	12.061	3,7	144	-	4.060	2,1	340	0,3	56	0,1

Fonte: Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>>.

Nas regiões Nordeste e Sul essa mesma dinâmica se repete, com a maioria das AGRs situadas em estabelecimentos agropecuários de até 50 ha. Já nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste há percentuais significativos de iniciativas de agregação de valor aos produtos e alimentos no grupo de área de 50 ha a 100 ha: 11,2% no Norte, 10,3% no Sudeste e 12,9% no Centro-Oeste. Nessas mesmas três regiões chama atenção o número importante de AGRs nos estabelecimentos com áreas maiores, de 100 ha a 500 ha, em torno de 8% no Norte e Sudeste e 12,9% no Centro-Oeste.

O que os dados do censo agropecuário evidenciam em relação aos grupos de áreas dos estabelecimentos que possuem agroindústrias é que a maioria das iniciativas de agroindustrialização de produtos e alimentos encontram-se em unidades com menores áreas, tanto em nível nacional como nas cinco macrorregiões. Esse achado mostra que os agricultores familiares, que são os que possuem menores áreas de terras, como discutido na primeira subseção de resultados deste trabalho, são os atores sociais que têm conduzido de forma mais destacada processos de agregação de valor em suas estratégias de reprodução social. Essa afirmação, corrobora outros estudos já desenvolvidos sobre as AGRs, a partir dos dados do *Censo Agropecuário 2006* (Gazolla, Niederle e Waquil, 2012; Bastian *et al.*, 2014).

A tabela 11 tem os dados sobre a origem e o recebimento de Ater pelos estabelecimentos que possuem AGRs. Essa informação disponível no censo agropecuário é importante, já que permite saber os atores que os agricultores se relacionam no contexto social em que vivem, se recebem ou não Ater e qual o tipo de Ater recebida (se do Estado ou de outros). No caso da Ater pública, permite verificar o apoio prestado pela política pública à agroindustrialização, conforme já mencionado anteriormente na introdução e revisão do trabalho.

Os dados contidos na tabela 11, em nível nacional, evidenciam que quase 80% dos estabelecimentos que possuem AGRs não recebem nenhuma orientação técnica (79,8%). As unidades que recebem orientação técnica são apenas um quinto das unidades (20,2%), sendo que os principais atores e organizações sociais responsáveis pelo seu oferecimento são: o Estado (7,6%), de Ater própria (6,2%), de cooperativas (5,0%) e de empresas integradoras (2,7%). Os demais tipos de Ater fornecidos – empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs), Sistema S e outros tipos – possuem pequenos percentuais.

TABELA 11
Brasil e regiões: recebimento e origem da orientação técnica nos estabelecimentos agropecuários que possuem AGR

Origem da orientação técnica	Brasil e Grandes Regiões											
	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	5.073.324	100	580.613	11,4	2.322.719	45,8	969.415	19,1	853.314	16,8	347.263	6,8
Recebe	1.025.443	20,2	60.351	10,4	190.804	8,2	277.593	28,6	414.645	48,6	82.050	23,6
Governo	388.077	7,6	40.224	6,9	114.425	4,9	88.905	9,2	124.015	14,5	20.508	5,9
Própria	316.394	6,2	14.637	2,5	44.830	1,9	115.266	11,9	98.051	11,5	43.610	12,6
Cooperativas	251.520	5,0	2.223	0,4	14.614	0,6	66.319	6,8	155.171	18,2	13.193	3,8
Empresas integradoras	134.950	2,7	1.625	0,3	4.050	0,2	14.229	1,5	110.162	12,9	4.884	1,4
Empresas privadas	28.302	0,6	822	0,1	2.016	0,1	4.692	0,5	17.735	2,1	3.037	0,9
ONGs	8.662	0,2	797	0,1	5.757	0,2	1.012	0,1	850	0,1	246	0,1
Sistema S	7.680	0,2	719	0,1	1.962	0,1	1.848	0,2	1.694	0,2	1.457	0,4
Outra	52.117	1,0	2.725	0,5	13.175	0,6	17.901	1,8	15.085	1,8	3.231	0,9
Não recebe	4.047.881	79,8	520.262	89,6	2.131.915	91,8	691.822	71,4	438.669	51,4	265.213	76,4

Fonte: Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>>.

Abrindo-se os dados pelas cinco macrorregiões brasileiras, os percentuais de recebimento de Ater não são muito diferentes, destacando-se as regiões Norte e Nordeste, em que o não recebimento dos serviços de Ater superam a média nacional, 89,6% e 91,8%, respectivamente, sendo as duas regiões mais desassistidas. Na região Sul, o não recebimento de Ater é o percentual mais baixo, em torno de 51,4% dos estabelecimentos. As regiões Sudeste e Centro-Oeste figuram próximas à média nacional de não recebimento dos serviços de Ater, 71,4% e 76,4%, respectivamente. A região Sul é a mais bem colocada em termos de recebimentos de Ater, com quase metade dos estabelecimentos com AGRs (48,6%), sendo alcançado pela Ater de cooperativas (18%) e pública do Estado (14,5%). No lado contrário, as regiões que menos recebem os serviços de Ater são Norte (10,4%) e Nordeste (8,2%), predominando nas duas a Ater estatal.

A conclusão a que se chega em relação à Ater dos estabelecimentos com AGRs envolve dois aspectos: i) os serviços de Ater, públicos ou privados (provenientes de outros atores e organizações), não chegam à maioria dos agricultores brasileiros que possuem agroindústrias; e ii) nas regiões Norte e Nordeste, onde os agricultores são mais vulneráveis historicamente, esses serviços são quase inexistentes, especialmente os públicos, que deveriam se preocupar com a inclusão social e produtiva e com o acesso aos mercados, de forma a promover processos de desenvolvimento rural e regional entre os mais pobres, melhorando suas capacitações e qualidade de vida.

Deponti, Scarton e Schneider (2014), utilizando dados do censo agropecuário de 2006, já haviam apontado esta realidade: 78% dos agricultores brasileiros não recebiam serviços de Ater. Passados onze anos entre os dois levantamentos censitários, esse percentual até aumentou levemente, já que no censo de 2017 são quase 80% dos estabelecimentos com AGRs que estão completamente desassistidos dos serviços de Ater, evidenciando um panorama de desestruturação durante esse período no país.

Segundo Deponti, Scarton e Schneider (2014), o baixo nível de escolaridade pode ser um dos fatores que levam os agricultores a não buscar orientação técnica. Aliado a isso está o fato de que estabelecimentos com menor área e com agricultores mais pobres têm menos acesso à orientação. A orientação técnica privada, por exemplo, não alcança todos os estabelecimentos, sendo seletiva em torno de atividades de seu interesse privado, como no caso da integração agroindustrial (fumo, suínos, aves) com empresas que aparecem com percentual significativo nos dados do censo.

A Ater pública, apesar das inúmeras reformulações estruturais dos últimos anos, como a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), a implementação da nova Lei de Ater e a atuação por projetos

e chamadas públicas, aparentemente não teve recursos suficientes e efetividade das ações para expandir sua abrangência, especialmente na ponta, não chegando às unidades dos agricultores que mais necessitam. Além disso, Nunes e Grigolo (2013) apontam que a Ater publica tem se envolvido demasiadamente nos últimos anos com a elaboração de projetos e execução de políticas públicas, sendo até chamada de Ater de escritório.

A falta de assistência técnica pode acarretar vários tipos de problemas para os agricultores, como: os relacionados não apenas a uma baixa produtividade, mas também a uma falta de qualidade dos alimentos que são produzidos/elaborados; deficiências na gestão das AGRs; dificuldades de compreender a legislação alimentar para formalizar os empreendimentos; entraves para construir novos mercados e canais de comercialização; baixo acesso às políticas de crédito rural, programas locais ou estaduais de agroindustrialização, como mencionado anteriormente; e outras políticas, como a dos mercados institucionais, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que seriam importantes para estimular as vendas dos alimentos das agroindústrias. Dessa forma, a participação mais efetiva do Estado via políticas públicas se mostra fundamental para preencher a lacuna de orientação técnica dos estabelecimentos agropecuários brasileiros com AGRs, principalmente dos mais vulneráveis e das regiões mais deprimidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi analisar os dados da AGR do censo agropecuário de 2017, de forma a construir um perfil das experiências no Brasil, nas macrorregiões e nos dois tipos de agricultura (AF e ANF). Os dados analisados permitiram traçar um panorama dos estabelecimentos que elaboram produtos e alimentos no país, já que diferenças metodológicas existentes (algoritmo diferente) entre os dois levantamentos censitários não permitiram ainda uma comparação temporal da evolução e dinâmica das AGRs entre os dois censos (2006 e 2017).

Em relação às características predominantes do perfil das AGRs brasileiras, os dados do censo evidenciam que as experiências estão presentes majoritariamente em estabelecimentos da AF. Entretanto, em termos de valores de produção e de venda, predominam as AGRs de estabelecimentos da ANF. Em relação à escala produtiva, as agroindústrias da ANF possuem maiores escalas, enquanto as existentes em estabelecimentos da AF são menores. Sobre a produção de alimentos das agroindústrias que não são comercializados, observa-se que na AF essa estratégia é mais acionada para suprir as necessidades de segurança alimentar do grupo doméstico, que geralmente é maior na AF em relação à ANF.

Em termos regionais, a maior concentração de AGRs, analisando-se o número de estabelecimentos, ocorre na região Nordeste, tanto de agroindústrias familiares quanto de não familiares, comparativamente com as outras regiões brasileiras. A região Sudeste é a que tem maiores valores de produção e de venda, enquanto a região Sul é a que mais se utiliza da estratégia de autoconsumo dos alimentos fabricados pelas famílias de forma a suprir as necessidades alimentares e de segurança alimentar e nutricional do grupo doméstico, que são mais extensas na AF.

Além dessas características do perfil das AGRs, os dados mostram que as agroindústrias brasileiras desenvolvem suas atividades principalmente baseadas em lavouras temporárias e na pecuária e criação de animais, sendo as estruturas de beneficiamento dos alimentos e as áreas de terras das unidades próprias dos agricultores. Nesse sentido, as AGRs do país, em sua maioria, estão alocadas em estabelecimentos menores que 50 ha, o que reforça, pela pequena área de terras existente, seu caráter predominantemente familiar. Outra característica que chama atenção é a baixa incidência dos serviços de Ater prestados, tanto públicos como privados, pois alcançam apenas um quinto dos estabelecimentos brasileiros com AGRs. São menos efetivos nas regiões Norte e Nordeste, onde há contingentes significativos de AFs pobres que necessitariam desse apoio, especialmente da Ater pública, no sentido de ativar processos mais inclusivos e virtuosos de desenvolvimento rural e regional.

Dada a importância dessa atividade de agroindustrialização de alimentos nos espaços rurais, caberia ao Estado apoiar com políticas essas iniciativas, que atualmente contam apenas com ações públicas específicas de alguns municípios, além do crédito rural do Pronaf Agroindústria/Alimentos acessado por algumas experiências, mas que não é suficiente para gerar processos multifacetados de desenvolvimento. Seria fundamental promover políticas públicas que aumentassem a autonomia das AGRs, gerassem mais ocupações, empregos e renda e também construção de novos e melhores mercados para as iniciativas. Isso porque as agroindústrias são atividades importantes, por um lado, para o abastecimento da sociedade com alimentos saudáveis e sustentáveis; por outro, para garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias de agricultores pela prática do autoconsumo. Além disso, as agroindústrias são atividades relevantes para a promoção do desenvolvimento regional, pois estimulam a economia local e auxiliam na construção de mercados baseados em cadeias curtas de abastecimento, que têm menor impacto ambiental e aproximam agricultores e consumidores, fornecendo alimentos que estão de acordo com a ideia de dieta saudável.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, J. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Brasília: Ipea, 2001. (Planejamento e Políticas Públicas, n. 23).
- BASTIAN, L. *et al.* Agroindústrias familiares e não familiares: uma análise comparativa. **Redes**, v. 19, n. 3, p. 51-73, 2014.
- BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 11, 31 maio 2017.
- DEPONTI, C. M.; SCARTON, L. M.; SCHNEIDER, S. O retrato da extensão rural a partir dos dados do censo agropecuário 2006. *In*: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do censo agropecuário 2006**. Brasília: Ipea, 2014. p. 241-260.
- DORIGON, C. *et al.* A produção de alimentos para o autoconsumo na região oeste do estado de Santa Catarina. **Redes**, v. 25, p. 2060-2085, 2020.
- GARCIA, R. Economias externas e vantagens competitivas dos produtores em sistemas locais de produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 301-324, 2006.
- GAZOLLA, M.; NIEDERLE, P. A.; WAQUIL, P. D. Agregação de valor nas agroindústrias rurais: uma análise com base nos dados do censo agropecuário. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 241-262, 2012.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Políticas e programas públicos para as agroindústrias familiares: uma análise do Pronaf e do PAF/RS. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 52., 2014, Goiânia, Goiás. **Anais...** Goiânia: Sober, 2014.
- _____. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017. 520 p.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.
- GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. **Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas**. 2010. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 109 p.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.; OLIVEIRA, J. A. (Org.). Uma classificação dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. *In*: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do censo agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2014. p. 21-39.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

NUNES, S. P.; GRIGOLO, C. S. (Org.). **Assistência técnica e extensão rural no Sul do Brasil**: práticas, avanços e limites metodológicos. Ijuí: Unijuí, 2013.

PERONDI, M. A.; DENGÓ, M. B.; GAZOLLA, M. Mercados das agroindústrias familiares de queijo artesanal do sudoeste do Paraná. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 246-269, 2019.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

RAUPP, A. K. A orientação das políticas públicas de apoio às agroindústrias: experiências do Rio Grande do Sul em destaque. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 47., 2009, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Anais...** Porto Alegre: Sober, 2009.

RAUTER, C. M. B. Os que vieram para branquear o Brasil: o moinho de gastar gente e a imigração alemã no século XIX. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 24, p. 67-88, 2018.

SANTOS, G. R.; SANTANA, A. S. Agricultura e agroindústria rural na região Sudeste segundo dados do censo agropecuário de 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 23, p. 123-134, 2021.

SANTOS, R. A. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do censo agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2014.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SONNINO, R. Translating sustainable diets into practice: the potential of public food procurement. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 14-29, 2019.

WAQUIL, P. D. *et al.* **O perfil da agroindústria rural no Brasil**: uma análise com base nos dados do censo agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2013. (Relatório de pesquisa).

_____. O perfil da agroindústria rural no Brasil: uma análise com base nos dados do censo agropecuário 2006. *In*: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do censo agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2014. p. 187-214.

WEZ JUNIOR, V. J. Políticas públicas de agregação de valor e as cadeias curtas: um olhar sobre o Pronaf-Agroindústria. *In*: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2017. p. 491-508.